

Resíduos *Representantes vão esperar dois dias por resposta; em caso negativo, ação deve ser encaminhada ao MP*

Fórum cobra posição clara da prefeitura sobre lixo

DANIELE RICCI

daniele@jppjournal.com.br

O Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) deve esperar dois dias para que a prefeitura se manifeste em relação ao posicionamento do 4º Fórum de Gestão de Resíduos de Piracicaba, realizado na tarde de ontem, sobre incorporar propostas da Política Nacional de Resíduos Sólidos ao plano municipal. Caso não haja resposta da administração, será encaminhada ao Ministério Público uma representação com os levantamentos abordados durante o Fórum, além de solicitada uma reunião com o prefeito Barjas Negri (PSDB) para falar sobre o edital de concorrência para a PPP (Parceria Público-Privada) da gestão de resíduos na cidade.

Em seis meses, essa foi a 4ª reunião sobre o tema e reuniu cerca de 120 pessoas no auditório do departamento de Química da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). Os participantes cobraram uma posição mais clara da prefeitura sobre o assunto.

Críticas foram tecidas pelo juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Piracicaba, João Carlos Cabrelon de Oliveira, que sugeriu que o plano municipal seja totalmente refeito por conta das dúvidas que apresenta em relação ao cumprimento de lei federal 12.305/10, que traz posições gerais sobre resíduos sólidos. “É preciso fazer um plano municipal de gestão de resíduos sólidos que mereça esse nome e um edital de licitação objetivando os parâmetros da lei, porque senão teremos um problema que não re-



Nilio Belotto/JP

Debates foram realizados pela quarta vez ontem, no auditório do Departamento de Química da Esalq

sistirá a 20 anos”, afirmou o juiz.

Ele ressaltou ser viável a opção da prefeitura pela PPP para gerenciar a questão, desde que certas obrigações da empresa também estejam em contrato, como a criação de mecanismos para prestar contas e informação à sociedade sobre as ações, o envolvimento de catadores no processo de coleta seletiva, a distinção entre resíduos e dejetos e outras premissas básicas previstas na lei federal.

Representando o Poder Públi-

co, o procurador-geral Milton Sérgio Bissoli e o secretário de Meio Ambiente, Rogério Vidal, argumentaram contra a posição do juiz e de manifestantes, informando que o plano municipal cumpre a lei e que desde 2005 a prefeitura vem tentando resolver a questão. “Em todas as etapas, fizemos audiências públicas, na Câmara de Vereadores, com conselho das parcerias, exposição ao Comdema e participamos dos fóruns, incorporando as sugestões pertinentes ao edital”,

comentou o secretário.

Vidal informou que o edital havia sido suspenso em respeito ao fórum, mas afirmou que o processo será retomado na próxima semana. Sobre o encaminhamento da representação ao Ministério Público, ele disse que será contestado judicialmente.

Ambos acreditam que, apesar de importante, o fórum apresentou uma posição política clara de oposição ao governo municipal.

Renato Morgado, presidente do Comdema, defendeu que todo o processo foi voltado ao diálogo e que se outras forças partidárias não poderiam usar o fórum, que inclui a participação de universidades e associações de bairro, entre outras.

Para secretários, fórum teve motivação política